



GT 14. Antropologia dos Povos Tradicionais Costeiros: Práticas Sociais, Territórios e Conflitos

Coordenador(es):

José Colaço Dias Neto (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Francisca de Souza Miller (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Sessão 1 - Gênero, Comunidades e Conflitos

Debatedor/a: Luceni Hellebrandt (UFPEL - Universidade Federal de Pelotas)

Sessão 2 - Conflitos, Processos e Resistências

Debatedor/a: Edna Ferreira Alencar (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Grupos sociais que vivem do extrativismo e da agricultura, entre outras activities – tais como pescadores artesanais e ribeirinhos em geral – foram ou são habitantes de regiões costeiras e historicamente têm sido impactados por diversos fenômenos. A expansão metropolitana, os desastres ambientais de grandes proporções, o turismo em pequena e larga escala, as formas de controle oficial em áreas de interesse ecológico, são alguns processos que vem reconfigurando o uso e a ocupação de territórios costeiros e ribeirinhos no Brasil. Este Grupo de Trabalho pretende reunir pesquisas empíricas em andamento e tem como um de seus objetivos o cruzamento de diversos olhares sobre estes fenômenos, em especial àqueles de caráter etnográfico, que evidenciem conflitos e tensões entre as populações “tradicionais” e os vários modelos de uso e ocupação destes territórios costeiros e ribeirinhos. Reflexões sobre o manejo de ecossistemas, as formas de organização política destas populações, suas estruturas econômicas, bem como os conflitos suscitados por diferentes processos e agentes sociais – sobretudo agências estatais, organizações não governamentais e empresas – são alguns dos aspectos que serão discutidos nesta activity.

?O que era só terra virou Parque?: decretos e documentos na Baía dos Castelhanos, Ilhabela.

Autoria: Paula Affonso de Araujo Silva (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos)

Em janeiro de 2020 foram instaladas duas placas que identificam e sinalizam as terras da União na Baía dos Castelhanos, município-arquipélago de Ilhabela no litoral norte do Estado de São Paulo, como território caiçara. Uma das características da gestão do arquipélago é a sobreposição de duas Unidades de Conservação do âmbito estadual, o Parque Estadual de Ilhabela (PEIB) e a Área de Preservação Ambiental e Marinha do Litoral Norte (APAMLN). Desde a promulgação do Parque em 1977, uma unidade de proteção integral, as áreas destinadas às casas caiçaras foram transformadas em Zona de Amortecimento. Em 2008 o Estado de São Paulo criou a APAMNLN com o objetivo de complementar a proteção ambiental nos entornos do Parque, recobrando todo o arquipélago, inclusive suas águas. A instalação dessas placas foi recomendada pelo Ministério Público Federal em decorrência da outorga do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), ocorrida em 2015. Para a dissertação tenho me dedicado a compreender como as regulações, proibições e fiscalizações atingem os caiçaras e seu modo de vida, pensando suas relações com o Parque Estadual de Ilhabela, a Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte, a prefeitura e a Petrobrás. Para além disso, a resistência dessas pessoas, a ideia de que sempre 'tem que estar lutando por alguma coisa', direcionam a pesquisa. Neste work, a partir do evento de instalação das placas, proponho a análise dos documentos, leis e decretos que incidem no território de Ilhabela, explorando essas narrativas oficiais e seus desdobramentos, que ora ignoram as comunidades tradicionais, ora as reconhecem, constituindo as



possibilidades de se existir ali. Sem descurar, contudo, das narrativas caiçaras em relação ao território que ocupam há mais de 200 anos.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: